

1 **ATA 536 DA REUNIÃO ORDINÁRIA** do COMUS – Conselho Municipal de Saúde de
 2 Caraguatatuba, realizada no dia **13 DE DEZEMBRO DE 2017**, às 14horas, no Auditório da Saúde 1º
 3 Andar, local Av. Maranhão nº. 451 - Jardim Primavera. **Conselheiros Presentes:** Representantes do
 4 Poder Público Sr. Amauri Barboza Toledo (titular), Sra. Derci de Fátima Andolfo (suplente), Sr.
 5 André Luís da Silva Leandro, Sr. Adriano Fernandes Gazalli, Sra. Priscila Meyer (titular), Sr. Fábio
 6 de Souza Cabral (suplente); Representante das Entidades Filantrópicas – Prestadora de Serviço ao
 7 SUS Sra. Elen Rosi Martins (titular); Representante das Entidades Privadas Prestadora de Serviço ao
 8 SUS Sra. Suelen Borges Nogueira (titular); Representantes Profissionais da Saúde Sra. Maria do
 9 Amparo de M. Manoukian (titular), Sra. Ceci Oliveira Penteadado (suplente), Sra. Neide Maria de
 10 Fátima Silva (titular), Sra. Érica de Cássia Perroni (suplente), Sr. Paulo Malta de Carvalho Filho
 11 (titular); Representantes de Saúde do Sistema Privado Sr. José Gilberto Chaves da Silva (titular);
 12 Representante das Entidades ou Associações de Assistência à Saúde Sr. José Aparecido dos Santos
 13 (titular), Sra. Julia de Fátima Umbelino (suplente); Representantes das Sociedades Amigos de Bairros
 14 Sra. Cilmara Oliveira dos Santos (titular), Sra. Sônia Maria Fante (suplente); Representante das
 15 Entidades e Associações de Representantes de Deficiência e/ou Patologia Sr. Mário Penteadado
 16 (titular); Representante dos Conselhos Gestores Sr. Ilson Vitório de Souza (titular), Sr. Guaracy Alves
 17 de Alcântara (suplente); Representantes das Entidades ou Associações dos Aposentados do Município
 18 Sra. Nilma da Silva Spranger (titular); Representante dos Sindicatos ou Associação Patronais do
 19 Município Sr. Eduardo Meirelles (titular); Representantes dos Clubes de Serviços e Movimentos
 20 Comunitários – Rotary Poiares Sra. Edna Ueda Yoshimoto (suplente). **Ouvintes Presentes:** Sr.
 21 Ricardo Fernandes Sousa Centro de Controle Zoonoses, Sra. Elizabeth Neves Santos e Sra. Helienne
 22 Maria Lima Santos, Vigilância Epidemiológica, Sra. Elidiane Amorim, Sra. Graciete Saraiva,
 23 Assistência Farmacêutica, Sra. Alexandra Fachini, Diretoria de Saúde Coletiva. **Ausências**
 24 **justificadas:** Sr. Alex Rodrigues Oliveira, por motivo de trabalho; Sr. Renato Cezar Portes, por
 25 motivo particular; Sra. Simone Paes, por motivo de trabalho. A reunião ordinária foi conduzida pela
 26 Presidente Sra. Priscila Meyer que confere a lista de presença para a confirmação de quórum. O Sr.
 27 Ilson Vitório pede a palavra e informa o falecimento do Sr. Tadeu Ramos e solicita ao plenário um
 28 minuto de silêncio em homenagem póstuma a essa pessoa que esteve conosco por muito tempo, ao
 29 término agradece a todos. Na oportunidade pede permissão a Presidente e se coloca a disposição sua
 30 contribuição da melhor forma possível, informa que a mesa diretora decidiu que para otimizar o
 31 tempo e enriquecer a nossa fala, iremos aplicar apenas as normas contidas no regimento interno,
 32 inclusive, a partir de hoje em consenso, tudo para crescermos juntos e para melhor andamento dos
 33 nossos procedimentos, vamos obedecer o tempo de cinco minutos de fala do conselheiro, conforme
 34 determina o regimento, e será aberto o tempo de inscrição para o conselheiro que queira se
 35 manifestar, caso contrário somente com a deliberação do plenário, aqui todos seremos iguais, como
 36 ocorre em todos os plenários, nos por motivo de hábito não adotamos este critério, e solicitamos a
 37 com compreensão de todos. O Sr. Paulo Malta coloca que a ideia e interessante desde que não
 38 atrapalhe a discussão dos temas, que alguns temas necessitas de mais tempo, podemos iniciar como
 39 teste, se não for viável, evidentemente retornaremos a esse assunto. A Presidente esclarece que
 40 referente aos informes o regimento estabelece o tempo de cinco minutos para o solicitante, e se o
 41 plenário entender que o informe cabe discussão, coloca para a deliberação se será pauta daquela
 42 reunião ou da próxima, vamos seguir o regimento que está em vigor. O Sr. Ilson Vitório esclarece que
 43 jamais a intenção e suprimir o direito dos conselheiros, caso contrário perde o sentido, a essência da
 44 nossa presença aqui. **Primeira pauta:** Aprovação da ata 535/2017 COMUS – Considerando que as
 45 atas foram encaminhadas anteriormente aos Conselheiros para leitura e correção; Considerando que a
 46 Mesa Diretora recebeu as atas impressas, na data de 07 de dezembro de 2017, a Presidente coloca a
 47 ata para aprovação do plenário e informa que teve duas solicitações de retificação: a primeira do Sr.
 48 Paulo Malta as observações foram pertinentes e alteradas e a segunda solicitação por parte da Sra.
 49 Cilmara. Ao analisar a gravação as alterações diferem, portanto, não foram pertinentes e
 50 consequentemente não foram acatadas. A Sra. Cilmara interrompe a Presidente e diz que não aprova,
 51 caso não conste as ressalvas enviadas por e-mail, a Presidente diz que ainda esta falando, a Sra.
 52 Cilmara fala novamente que tem direito de fala conforme regimento, a Presidente pergunta se pode
 53 terminar a fala e segue a pauta. Foram feitas algumas retificações pela Sra. Cilmara e a Secretaria

Priscila Meyer

[Handwritten signature]

54 Executiva obteve ciência das ressalvas, e concluiu que não são pertinentes, a gravação foi
 55 disponibilizada na íntegra para que a mesma tivesse acesso a gravação e pudesse elaborar suas
 56 retificações, informou que não conseguiu abrir o arquivo, portanto, as retificações feitas pela
 57 Conselheira não foram acatadas. A Sra. Cilmara pede a palavra e coloca que enviou as ressalvas por
 58 e-mail e o arquivo não abre, tem que ter um programa específico, mas apesar de ter passado trinta dias
 59 da reunião eu coloquei exatamente como eu falei, a ordem cronológica está errada, então eu não
 60 aprovo, conforme ressalvas enviadas por e-mail: *“a minha fala está fora de ordem do ocorrido
 61 durante a fala da Presidente que eu havia pedido questão de ordem para expor minha opinião sobre
 62 o assunto discutido entre os conselheiros o Sr. Paulo Malta é a conselheira Sra. Derci, portanto,
 63 solicito onde consta que interrompe a reunião, colocar que houve o pedido de questão de ordem e o
 64 mesmo foi desconsiderado e assim, vem o meu questionamento sobre a postura da Presidente do
 65 conselho onde houve a indagação descrita. No caso do Secretário municipal e então conselheiro, a
 66 ordem está invertida, eu questionei a postura do nobre conselheiro se o mesmo estava falando como
 67 Secretário municipal ou conselheiro quando o mesmo pediu que constasse em ata que o conselho
 68 municipal era uma bagunça. E assim, segue meu posicionamento diante a essa postura do mesmo
 69 (texto descrito na ata). Onde consta que eu pedi pra acabar a reunião, peço que seja retificado
 70 também, tendo em vista que foi através da discussão entre o conselheiro Paulo Malta e o Secretário
 71 de administração presente na reunião. (devido ao mesmo pedido a palavra e o conselho municipal
 72 deliberou e ao invés de expor a assunto que teria em pauta, ele nos ofendeu no seu discurso, com
 73 visão de chefia e assim, achando que seríamos subordinados ao poder público municipal.) Onde
 74 entra o meu posicionamento descrito na ata”*. A Presidente retoma a fala e deixa claro que caso
 75 alguém se sentir prejudicado na ata, a Secretaria Executiva está à disposição e o nosso computador
 76 para qualquer cidadão que queira ouvir a gravação, ressalta que foi disponibilizado o arquivo da
 77 gravação da reunião aos conselheiros que solicitaram. A Presidente coloca novamente a ata 535/2017
 78 para aprovação do plenário. Votos favoráveis: Senhores Amauri, André Leandro, Priscila, Elen,
 79 Suelen, Maria do Amparo, Neide, Julia de Fátima, Sônia Fante, Mário, Nilma, Edna. Votos favoráveis
 80 com ressalva “nesse quesito a Conselheira está apreciando e retomando no momento oportuno”:
 81 Senhores Ilson Vitorio e Paulo Malta. Voto Contrário: Senhora Cilmara. Portanto, APROVADA pelo
 82 plenário a ata 535/2017. **Leitura de Informes:** Ofício nº 769/2017 - Extrajudicial – Resposta ao
 83 ofício nº 087/2017 – COMUS referente: IC nº 1.34.033.000108/2017-38. O Sr. Paulo Malta diz que a
 84 segunda parte do documento que não foi lida, fala sobre o relatório da procuradoria que a atual gestão
 85 informou que esta providenciando a mudança do local, sendo que foi informado no início de outubro,
 86 conforme o documento apresentado, e na última reunião, a fala da nossa Secretária Adjunta, neste
 87 momento o Sr. Ilson Vitorio dirige a palavra ao Sr. Paulo Malta, que conforme colocado no início da
 88 reunião é preciso inscrever para explicar o assunto e obedecer o tempo de cinco minutos estabelecido
 89 no regimento. Na oportunidade a Presidente pede para registrar que houve deliberação deste plenário
 90 solicitando copia do processo da Vigilância Sanitária, foi encaminhado ofício para Secretaria, e na
 91 data de hoje foi protocolado o documento, por problema técnico da impressora não foi possível
 92 escanear o documento, é um parecer da Vigilância Sanitária de 2016 e uma visita de 2017, este
 93 documento é volumoso e será encaminhado aos conselheiros por e-mail. O Sr. Ilson Vitorio abre a
 94 inscrição para discussão desse assunto, foram inscritos os conselheiros Paulo Malta e Guaracy. A
 95 Presidente sugere que vire pauta para que os conselheiros se apoderem do documento para que possa
 96 ser discutido na próxima reunião, tendo em vista pautas para discussão da reunião de hoje. O Sr.
 97 Guaracy pede que faça a leitura da inspeção de 2017, a Presidente responde que o relatório é extenso
 98 e será encaminhado aos conselheiros. O Sr. Paulo Malta coloca que está tendo uma informação da
 99 Secretaria e outra informação contraditória do Ministério Público, o Conselho tem que tomar
 100 conhecimento dessa contradição que existe, então quero ressaltar o que está acontecendo, após eu
 101 expor o motivo, o Conselho delibera se vai dar sequência ou não, da forma que foi lido, os
 102 conselheiros não perceberam a situação, por isso quero alertá-los o que significa e após o Conselho
 103 decide se vai dar prosseguimento ou não. Na sequência esclarece que o Ministério Público possui um
 104 documento da Secretaria informando que está em busca de imóvel para locação para a instalação
 105 temporária da Unidade Básica de Saúde Centro até que se conclusão das obras da Unidade. Na última
 106 reunião na ata 535, aprovada, temos a seguinte fala da nossa Secretária Adjunta Sra. Derci que a

Guaracy

Ilson

Paulo

Guaracy

Paulo

Ilson

Paulo

Guaracy

mann

e-mail: 11/05/17

✓

107 Unidade irá permanecer no mesmo local até a mudança de prédio em 2018, se for alugar outro local,
 108 teremos que fazer as adaptações, pois nunca vai atender a necessidade na sua totalidade de Unidade
 109 de Saúde. Portanto, temos um documento do Ministério Público dizendo que está sendo
 110 providenciada a mudança, inclusive, estabelece um prazo de quarenta e cinco dias para fazer a
 111 mudança, e esse prazo termina em primeiro de janeiro de 2018, acredito que essa situação deverá ser
 112 discutida, e o Conselho deverá tomar uma decisão frente a essa situação. O Sr. Ilson Vitório passa a
 113 palavra para os gestores fazer a replica de três minutos. A Sra. Derci inicia colocando que quem
 114 participou desde o início tem conhecimento que herdamos essa casa, houve insatisfação, então assim,
 115 para o Conselho anterior a casa serviu, quando assumimos a gestão a Unidade já estava em
 116 funcionamento neste local e a outra em construção, e havíamos discutido no primeiro semestre, até foi
 117 solicitado o levantamento das atas, ocasião em que foi deliberado que Unidade permanecesse no
 118 mesmo local até a conclusão da obra do Sumaré, inclusive, fomos até uma casa no Sumaré, fizemos a
 119 planilha financeira para adequações da casa, o custo ficou mais de cem mil reais, portanto, investir
 120 esse valor em um imóvel alugado sendo que ficaríamos por um período inferior a um ano,
 121 dificilmente o proprietário locava a casa para fazermos as adequações necessárias, para esse curto
 122 período de locação, ressalta que pediu ao Sr. Guaracy, membro do Conselho Gestor, que nos ajudasse
 123 a encontrar um imóvel que fosse viável a realização das adequações e que atendesse as exigências da
 124 Vigilância Sanitária, quanto ao Ministério Público, a Secretaria respondeu que estamos á procura de
 125 um novo imóvel desde o início do ano, podemos comprovar com as planilhas orçadas, inclusive a
 126 casa do Sumaré, portanto, informaremos ao procurador que não encontramos o imóvel ideal para uma
 127 Unidade, caso alguém encontre, por favor, nos apresente. O Sr. Ilson Vitório coloca o direito de
 128 tréplica de um minuto. O Sr. Paulo Malta ressalta que essa reunião aconteceu há trinta dias e foi dado
 129 o prazo de quinze dias para entregar os relatórios da Vigilância Sanitária. Em relação à Unidade foi
 130 sugerido, inclusive o prédio onde funcionava a PLANI, que estava disponível até o mês passado, este
 131 possui as instalações para funcionar a Assistência a Saúde, uma Unidade de Saúde, o preço pode ser
 132 um pouco caro, mas poderia usar para outras unidade e diminuir alguns alugueis e teria uma Unidade
 133 pronta com todas as condições de atendimento de acordo com a legislação da Vigilância Sanitária,
 134 portanto, foi sugerido o antigo prédio da PLANI, agora é decidir o que ira ser feito, porque a Unidade
 135 não tem condições de funcionamento. A Presidente expõe que diante do exposto podemos colocar
 136 para a votação do plenário, pauta na primeira reunião ordinária de 2018, após todos apoderarem do
 137 relatório da Vigilância Sanitária ou ser pauta da ordem do dia. O Sr. Ilson Vitório ressalta que este
 138 assunto merece atenção anterior ao ano de 2018 e passa para a Presidente a palavra e tem duas
 139 propostas; a primeira que se apoderem do relatório da Vigilância para que torne pauta na reunião
 140 ordinária em janeiro, sendo o prazo para Secretaria dar posicionamento ao Ministério Público; a
 141 segunda proposta é o informe se tornar pauta e o plenário delibera se vai ser primeira, segunda ou
 142 terceira pauta hoje. O Sr. Paulo Malta diz que não dá para entrar na pauta hoje porque os conselheiros
 143 não têm conhecimento do relatório, portanto, a Presidente coloca para votação do plenário: primeira
 144 proposta pauta para reunião ordinária de janeiro de 2018. Votos favoráveis: Conselheiros Amauri,
 145 André Leandro, Elen, Suelen, Paulo Malta, Jose Gilberto, Jose Aparecido, Sonia Fante, Ilson Vitorio,
 146 Nilma, Eduardo, Edna, Maria do Amparo, Neide. Voto contrário: Conselheira Cilmara. Portanto,
 147 torna-se pauta na primeira reunião ordinária de janeiro de 2018, discussão sobre a situação da
 148 Unidade de Saúde do Centro. Continuação da leitura dos informes: Ofício nº 139/2017 – Secretaria
 149 Municipal de Transito, Segurança e Defesa Civil, referente informações da Construção do CAPS II e
 150 Unidade de Saúde do Sumaré. Ofício Fiscalização nº 1325/17 - CRF, resposta do ofício nº077/2017 –
 151 COMUS, referente ao Processo nº 31472/2016 – Estabelecimento Oliveira & Souza Drogaria LDTA
 152 ME. A Presidente ressalta que foi enviado anteriormente o Plano Municipal de Saúde 2018/2021 e a
 153 Programação Anual de Saúde de 2018, à Comissão de Instrumento de Planejamento para a apreciação
 154 e manifestação para posterior envio ao plenário. **Encaminhamentos:** Requerimentos protocolados
 155 pelo Sr. Ilson Vitório de Souza - Ofício nº 106/2017 – COMUS – Informações da Unidade Básica do
 156 Porto Novo. Este aguarda a resposta para que vire pauta de reunião para discussão. Ofício nº
 157 105/2017 – COMUS – Translado entre a Casa de Saúde Stella Maris e UPA – Unidade de Pronto
 158 Atendimento, até o momento não obteve resposta, o Conselheiro requer que o prazo seja
 159 rigorosamente cumprido, conforme a lei de transparência e Constituição Federal dos quinze dias úteis

Guaracy A.

Ilson Vitorio

Paulo Malta

Neide

Cilmara

Ilson Vitorio

Paulo Malta

Neide

Cilmara

Neide

160 e que seja enviada a resposta a todos os conselheiros conforme proposta da Sra. Cilmara e que torne
161 pauta da próxima reunião ordinária. Requerimentos protocolados pela Sra. Cilmara Oliveira Santos –
162 Ofício nº 113/2017 – COMUS – Informação referente ao remanejamento de verbas para custeio do
163 Instituto de Hemodiálise – INEDHE; Implantação de Convênio Municipal com Clínicas e Asilos para
164 cuidados de paciente grau três; Informações referentes ao aumento de demanda de atendimentos por
165 área, bem como o processo seletivo para chamamento de ACS; Informações sobre a implantação da
166 Casa de Abrigo para mulheres vítimas de violência, retirado do PAS 2018. A Sra. Cilmara ressalta a
167 necessidade de constar no PAS – Programa Anual de Saúde de 2018. Planejamento Familiar –
168 Laqueadura. Deliberado pela Mesa Diretora o encaminhamento aos gestores para verificar a
169 possibilidade. A Sra. Cilmara pede a palavra e coloca que faz parte da Comissão do COMVIVE –
170 Comitê de Vigilância as Violências, essa situação esta trazendo vários problemas para o município, a
171 Santa Casa não realiza segundo informações, por questões religiosas, diante do exposto quero
172 requerer oficialmente, se a lei existe tem que ser cumprida. A Presidente coloca que será
173 encaminhado a Secretaria de Saúde para se manifestação. Ofício nº 943/2017 – GS/SESAU –
174 Resposta ao Ofício nº 095/2017 – COMUS – Reunião com a Pastoral da Criança, no dia 22 de
175 dezembro de 2017, referente à administração da primeira dose de antibiótico imediata nas Unidades.
176 Ofício nº 570/2017 – Conselho Tutelar – Solicitação de Pauta – Exposição do número de direitos
177 violados de crianças e adolescentes no ano de 2016 e do primeiro trimestre de 2017. A Presidente
178 informa que foi encaminhado o ofício nº 112/2017 – COMUS, confirmando a inclusão da pauta na
179 reunião ordinária do dia 13 de dezembro de 2017, feito também contato via telefone com a Sra.
180 Débora que informou que as Conselheiras Sra. Rosângela e Coordenadora Sra. Ednea Dutra
181 realizariam a apresentação, porém, até o momento não compareceram, podendo a pauta ser suprimida
182 ou não. O Sr. Paulo Malta pede a palavra e registra que foi protocolado um documento para o
183 Conselho e este não consta na convocação, e ainda registra a diferença de atenção do Conselheiro em
184 relação à Secretaria de Saúde, por parte da Mesa Diretora ou da Presidente, sendo que o referido
185 documento foi protocolado anterior ao da Secretaria, e este foi inserido na pauta e o documento que
186 protocolei não constou nem nos informes. O Sr. Ilson Vitorio manifesta dizendo que como membro
187 da Mesa Diretora desconhece esse documento. A Presidente se pronuncia registrando que foi
188 protocolado um ofício pela Secretaria, um documento por mim, um pelo Sr. Paulo Malta e outro pela
189 Sra. Cilmara, referente aos fatos ocorridos na última reunião ordinária, portanto, todos esses
190 documentos serão encaminhados à Comissão de Ética, para que tenham conhecimento e se posicione,
191 e posteriormente façam a leitura dos referidos documentos no plenário. O Sr. Paulo Malta deixa claro
192 que quem decide o que vai para Comissão de Ética é o Conselho e não a Presidente, então quando
193 enviou esses documentos sem avaliação do Conselho primeiro, houve uma atitude que está
194 sobrepondo o plenário, os conselheiros têm que tomar conhecimento, me causou estranheza o meu
195 documento ter sido direcionado a Comissão. O Sr. Ilson Vitorio solicita ao Sr. Paulo Malta que
196 invocar o artigo que diz que todas as questões do assunto já alocado, sendo que a constituição
197 constituída que está tratando do referido assunto, que este deve ser deliberado pelo Conselho, nós
198 absorvemos a ideia e retoma, entretanto, será um alívio para todos, portanto, a Comissão de Ética por
199 entender os princípios que norteiam aos referidos atos, que venham ser sigilosos por tratar de pessoas
200 e de interesse subjetivo de cada um para que não fique lameando ao redor, nós entendemos que
201 deveríamos dar tratamento até no momento da conclusão dos fatos, repito se Vossa Senhoria
202 demonstrar no regimento interno, que o assunto tem que ser discutido e aprovado pelo plenário
203 anterior ao encaminhamento à Comissão. O Sr. Paulo Malta ressalta que todas as comissões devem
204 colaborar e assessorar o Conselho, então toda matéria encaminhada ao Conselho tem que passar pelas
205 Comissões, enfatiza que o documento foi direcionado ao Conselho e não a referida Comissão, e
206 coloca que se houvesse tempo teria tirado uma cópia para cada conselheiro, porque não tem nada a
207 esconder, e repete à diferenciação de atenção do Conselheiro em relação à Secretaria de Saúde. O Sr.
208 Ilson Vitorio se manifesta que neste caso específico quero trazer a responsabilidade para comissão,
209 porque foi à comissão que por inocência ou para a proteção até dos membros, entendemos que
210 deveriam ser assim, não foi uma iniciativa da Presidente, muito ao contrário, não foi permitido pela
211 comissão a participação da Presidente. O Sr. Paulo Malta insiste que o documento deverá ser
212 apresentado ao Conselho, o Sr. Ilson Vitorio responde que no momento oportuno virá. O Sr. André

213 Leandro pede a palavra e se pronuncie como membro da Comissão, este esclarece que a Comissão de
 214 Ética foi acionada através de um documento direcionado por três conselheiros, por esse motivo foi
 215 aberto o procedimento de apuração, e ressalta que a Comissão não poderia se omitir. A Sra. Cilmara
 216 pede a palavra e coloca que enviou um e-mail no dia 22 de novembro de 2017, requisitando
 217 informações á Comissão de Ética, se havia processo no meu nome, não obtive devolutiva, porque foi
 218 encaminhado à referida Comissão, aguardo resposta e solicito que mostre no regimento onde consta
 219 que o referido documento tem que ser encaminhado direto a Comissão. A Presidente coloca que há
 220 deliberação do plenário e consta em ata que todos os documentos protocolados deveriam ser dados os
 221 devidos encaminhamentos pela Mesa diretora. A Sra. Cilmara pede a palavra e diz que não pode ser
 222 intimidada por conselheiro nenhum eu sou conselheira titular estou aqui fui eleita para representar a
 223 sociedade civil, não vou em hipótese alguma ser intimidada, todos aqui somos iguais. Após discussão
 224 no plenário a Presidente se manifesta dizendo que os documentos foram encaminhados a Comissão de
 225 Ética e ressalta que em nenhum momento estamos suprimindo o conhecimento dos documentos a esse
 226 plenário. O Sr. Ilson Vitório ressalta errado ou não foi decisão da Comissão. **Segunda pauta:**
 227 Aprovação da ata 03/2017 da Comissão de Contratos e Convênios – Na reunião anterior acabou se
 228 discutindo vários assuntos e não foi deliberado a aprovação da ata, consta na ata algumas ressalvas,
 229 porém não foi deliberada e aprovada de fato, por esse motivo está voltando ao plenário, na reunião
 230 ordinária na data de hoje para a aprovação. O Sr. Paulo Malta pede a palavra e diz que foi enviada aos
 231 conselheiros a ata sem as alterações previstas pelo Sr. Ilson Vitório, não sendo enviada ata com as
 232 alterações. Na oportunidade o Sr. Ilson Vitório esclarece que ata lida já constava as alterações e foi
 233 aprovada, o que não foi deliberado foi o prazo, o valor e o período de aditamento por seis meses,
 234 aprovando os vinte funcionários, sendo o valor total do aditamento de R\$. 2.882,671, 32 (dois
 235 milhões oitocentos e oitenta e dois mil e seiscentos e setenta e um reais e trinta e dois centavos), ou
 236 permanecerá os quatro meses que a administração havia definido, em meu entendimento e lembrança
 237 a ata tinha sido lida e aprovada, naquele dia. A Sra. Cilmara pede a palavra e coloca aos Senhores do
 238 Conselho Municipal que diante do impasse houve o documento da comissão, faltou à decisão do
 239 Conselho acatar o parecer da comissão ou permanecer o parecer da administração, ressalta que a
 240 referida ata já está no Ministério Publico Federal, estamos aguardando o parecer do Conselho
 241 Municipal para que eu possa requisitar esclarecimentos o porquê de quatro meses, sendo que já se
 242 passaram dois e nossas reuniões são mensais, nesse período muita coisa pode acontecer no município
 243 e o Conselho vai negligente sem dar o parecer, portanto, quatro meses ou os seis recomendando pela
 244 comissão. O Sr. Ilson Vitório pede a palavra e coloca que o seu voto é contrário pelo péssimo serviço
 245 prestado pela Organização Social, registrado diariamente, opinei pela proposta de seis meses do Sr.
 246 Paulo Malta, porque as justificativas são aplausíveis para o município, entretanto o diretor maquilou
 247 aquilo que eu já sabia como ela age e representa. O que mais nos surpreendeu aquele dia foi às
 248 contratações dos vinte funcionários sem conhecimento da administração e sobre tudo sem o
 249 conhecimento dos conselheiros e ainda mais da comissão e pior o responsável não tinha as
 250 informações de imediato, sendo requisitado pela mesa diretora se essa questão deveria ser discutida
 251 hoje, porque essa questão é prioridade, e o Conselho é soberano, a condição para a mesa diretora era o
 252 envio da relação dos vintes funcionários com nome, data de admissão, onde foram alocados e os
 253 respectivos salários, e não foi entregue ao Conselho, não podemos permitir que uma terceirizada
 254 sobreponha e faça o quer em cima da administração da Saúde e sobretudo nós, portanto, não tem
 255 condições de ser votada. O Sr. André Leandro pede a palavra e diz que em seu entendimento a ata
 256 seria lida e votada, fatos que ocorrerão na reunião da comissão naquele dia, está registrado em ata,
 257 estamos aqui para votar, e esse ato seria uma decisão por maioria de votos, a comissão aprovou o
 258 aditamento com a inserção dos vinte funcionários a mais, bem como os cinco controladores de fluxo,
 259 portanto, está sendo votado hoje e não a discussão novamente do que já foi votado na comissão é uma
 260 ata. Porém, quanto a relação foi solicitado a Organização Social, que havia encaminhado com os
 261 nomes dos profissionais, cargo e onde estão alocados, a mesa diretora entendeu que o documento da
 262 solicitação não era esse, a solicitação era nominal como o Sr. Ilson Vitório colocou com nomes,
 263 cargos, salários e onde estavam alocados, e já deveria ter respondido, e para isso existe a comissão
 264 chamada de CAA – Comissão de Avaliação e Acompanhamento, então a Organização não faz o que
 265 quer, porque na hora da avaliação ela é glosada, para conhecimento dos Senhores neste ano foi

Cilmara

[Signature]

[Signature]

[Signature]

[Signature]

[Signature]

mam

Cilmara

[Signature]

266 realizado glosa de mais de um milhão de reais, não é só por não atingir metas, existem outros itens de
 267 avaliação, são avaliados itens quantitativos e qualitativos, inclusive, somos a única comissão que
 268 neste ano enviamos quatro advertências ao Tribunal de Contas, haja vista que amanhã acontecerá uma
 269 fiscalização do Tribunal de Contas in loco por conta dessa nossa fiscalização, quero registrar que a
 270 Organização não faz o que quer e que existe um fiscalização e uma comissão de acompanhamento
 271 que puni e uma das punições acontecer na próxima reunião da comissão de avaliação, e por esse
 272 motivo, me comprometo como membro da comissão apontar uma advertência pela não entrega do
 273 documento no tempo hábil, ressalto que advertência é um grau tão grave quanto descontar recurso da
 274 Organização Social, porque é encaminhado ao Tribunal de Contas e gera procedimento interno contra
 275 a mesma. O Sr. Ilson Vitório pede a palavra diz como membro da mesa diretora que este documento
 276 não foi entregue, mesmo sem as informações. Após as colocações a Presidente propõe duas propostas:
 277 a primeira a aprovação da ata com prazo, o valor e o período de aditamento por seis meses, aprovando
 278 os vinte funcionários e os cinco controladores de fluxo, sendo o valor total do aditamento de R\$. 2.
 279 882, 671, 32 (dois milhões oitocentos e oitenta e dois mil e seiscentos e setenta e um reais e trinta e
 280 dois centavos); a segunda aguardar a relação com nomes, cargos, salários e onde estão alocados. O Sr.
 281 Paulo Malta propõe que não seja aprovada por falta de transparência nas contratações executadas pela
 282 Organização Social João Marchesi e a inadequada fiscalização efetuada pela Secretaria de Saúde, que
 283 ocorreu há mais de três meses. A Presidente ratifica a proposta: a primeira a aprovação da ata com
 284 ressalta condicionada ao envio pela Secretaria da relação da contratação dos vinte funcionários,
 285 contendo nomes, cargos, salários e onde estão alocados; segunda que não seja aprovada por falta de
 286 transparência nas contratações executadas pela Organização Social João Marchesi e a inadequada
 287 fiscalização da Secretaria de Saúde, sendo que as contratações efetuadas há mais de três meses. Na
 288 sequência coloca a primeira proposta para votação: conselheiros Amauri, André Leandro, Elen, Maria
 289 do Amparo, Cilmar, Sônia Fante e Edna Ueda. Votação da segunda proposta: conselheiros Suellen,
 290 Neide, Paulo Malta, Jose Gilberto, Julia, Mário, Ilson Vitório, Nilma, Eduardo. Portanto,
 291 APROVADA a segunda proposta, sendo a ata REPROVADA pelo plenário nesse momento e aguarda
 292 o encaminhamento da relação dos vinte funcionários para posterior aprovação. O Sr. Paulo Malta
 293 pede a palavra e esclarece que se alguém quiser encaminhar a planilha para esclarecimentos tem que
 294 reiniciar todo o processo, a decisão do Conselho é definitiva a ata foi reprovada. A Sra. Cilmar
 295 questiona que era para ser uma reunião extraordinária o Conselho não acatou as recomendações da
 296 Secretaria e da Comissão. A Presidente responde que o aditamento ocorreu e nenhum conselheiro
 297 pode alegar desconhecimentos, todos nós sabemos que foi aditado até porque é um instrumento
 298 jurídico, o plenário reprovou a ata, em meu entendimento, a ata da comissão foi deliberada e dado o
 299 conhecimento, ocorrendo discordância ou não, foi feito um documento e encaminhado ao plenário.
 300 **Terceira pauta:** Conselho Tutelar: Exposição do número de direitos violados de crianças e
 301 adolescentes ano 2016 e do 1º trimestre de 2017. Não foi realizada devido o não comparecimento dos
 302 representantes. **Quarta pauta:** Plano de Contingência Municipal Contra Dengue, Chikungunya e
 303 Zika para apreciação e apresentação dos casos de malária. A Presidente registra a presença do Sr.
 304 Ricardo, Biólogo, Sra. Helliene e Sra. Elizabeth, enfermeiras da Vigilância Epidemiológica, estarão
 305 realizando a apresentação do plano e dirimir dúvidas que eventualmente possa surgir. Na sequência a
 306 passa palavra para o Sr. Ricardo inicia a apresentação esclarecendo o objetivo do Plano e coloca que
 307 irá falar um pouco sobre a situação da dengue. No item referente ao serviço de verificação de óbito a
 308 Sra. Júlia de Fátima propõe a inclusão desse serviço, e a Sra. Cilmar questiona para implantar esse
 309 serviço a gestão tem esse estudo. A Sra. Derci responde que não é só o município de Caraguatatuba,
 310 existe sim, mas regional. O Sr. Paulo Malta indaga se todas as Unidades estão preparadas para
 311 realização do serviço da hidratação no caso dengue. A Sra. Neide ressalta que no ano de 2010 e 2015,
 312 a Unidade do Porto Novo realizou esse procedimento. O Sr. Paulo Malta questiona se todas as
 313 Unidades estão preparadas como a do Porto Novo. A Sra. Neide responde que sim e a Sra. Elizabeth
 314 complementa que é de acordo com a estrutura de cada Unidade. A Sra. Derci destaca que o plano de
 315 contingência existe há tempo, a priori o município tem que está preparado no caso de epidemia. O Sr.
 316 Ilson Vitório requer que a apresentação seja encaminhada aos conselheiros por e-mail. O Sr. Paulo
 317 Malta coloca que conforme o índice um vírgula nove estamos na fase silenciosa, o aedes aegypti
 318 transmite as quatro doenças, agora na temporada vamos receber pessoas de vários lugares, não seria o

Guarany

Handwritten signature

319 momento de fazer campanha de mobilização de como já estivéssemos numa epidemia junto com
 320 prefeitura em todo o município, e usar os dados da febre amarela, chikungunya, zika para quando
 321 chegar fevereiro já está controlado. O Sr. Ricardo faz um parêntese quanto à febre amarela que está
 322 acontecendo no sudeste, e as pessoas que pegaram a doença foram no mato, portanto, é silvestre,
 323 essas pessoas não pegaram através do aedes aegypti. O Sr. Ricardo ressalta que esse é o momento de
 324 se falar de dengue, fazer campanhas, nos jornais, portanto, ampla divulgação. A Presidente questiona
 325 de existe uma proposta efetiva de divulgação. O Sr. Ricardo esclarece que realizado o casa a casa
 326 todos os dias, com distribuição de cartazes, folders e conscientização das pessoas, e ressalta que
 327 existem as entradas na programação da vanguarda, e a comunicação faz relise, mostrando o nosso
 328 trabalho. A Sra. Cilmara coloca a preocupação quanto à quantidade de leitos no município. O Sr.
 329 Ricardo esclarece que o Estado não exige que o município separe sete leitos, o município está
 330 preparado para receber no caso de epidemia, e ainda é cedo para falar de assistência, porque está
 331 consegue se resolver. O Secretário Sr. Amauri sugere um contato com a comunicação, junto com os
 332 parceiros para fazer um planejamento do plano de comunicação de dengue. O Sr. Ilson Vitório coloca
 333 ao plenário que conforme o regimento interno a reunião encerra-se em três horas, no momento
 334 oportuno será colocado ao plenário para deliberação. O Sr. Ricardo encerra a apresentação e passa
 335 para a Sra. Helienne que inicia se apresentado e colocando que temos uma coordenadora de
 336 arboviroses que a enfermeira Elizabeth e que está com problema de rouquidão na voz, por esse
 337 motivo farei apresentação sobre malária. Informo que fiz uma introdução sobre a doença, e o
 338 importante são os casos, quero colocar para o plenário se vamos direto aos casos devido o tempo
 339 passado. O Sr. Ilson Vitório coloca para votação do plenário por aclamação a primeira proposta
 340 apresentação dos casos e a segunda a apresentação completa. Sendo sete votos para a primeira
 341 proposta e oito votos para segunda, portanto, a apresentação será dos casos. A Sra. Helienne retoma a
 342 apresentação conforme deliberação do plenário. Esclarece após apresentados os sete casos, mesmo
 343 sendo importados conforme definição da SUCEN, a Secretaria de Saúde realizou capacitação para os
 344 médicos e enfermeiros e criou um fluxo para atendimento. O Sr. Paulo Malta propõe um
 345 planejamento no sentido de divulgação agressiva das doenças dengue, chikungunya, zika e febre
 346 amarela, para que cheguem as casas, inclusive, a mudança do folheto e logotipo, porque as pessoas
 347 olham e já identificam com o passado, portanto, mudar o folheto talvez o logotipo para chamar a
 348 atenção das pessoas. A proposta é que a Secretaria faça imediatamente uma divulgação agressiva das
 349 quatro doenças com folheto, nas escolas, nos holerites dos funcionários, shows e outros. A Presidente
 350 coloca que na questão elaboração de material e só para fevereiro, devido o setor de compras está
 351 fechado. O Sr. Paulo Malta ressalta que não dá para esperar até fevereiro, tem que ter orçamento
 352 agora, é uma situação apresentada ao Conselho, este delibera e se a Secretaria não efetuar depois está
 353 justifica. A Sra. Derci explica que não é questão de orçamento e sim de compras. A Presidente coloca
 354 para a deliberação do plenário a intensificação de divulgação em massa das quatro doenças, em todos
 355 os meios de comunicação possíveis, visando à temporada. Sendo APROVADA por unanimidade.
 356 **Quinta pauta:** Projeto verão referente casa de Saúde Stella Maris e Organização Social João
 357 Marchesi. A Presidente passa a palavra ao Sr. André Leandro, Coordenador da Emergência e
 358 Urgência, este inicia colocando que o projeto já acontece há alguns anos, o objetivo é proporcionar
 359 atendimento adequado aos turistas e veranistas que virão para o município, iremos demonstrar como
 360 será realizado o serviço na Casa de Saúde Stella Maris e Organização Social João Marchesi, incluindo
 361 o SAMU, ressaltamos que as planilhas foram enviadas anteriormente por e-mail. A Sra. Cilmara pede
 362 a palavra e coloca que conforme apresentação solicita ao recurso humano das unidades, o
 363 encaminhamento do quatro atualizado com o aumento de funcionários. A Presidente esclarece que o
 364 Convênio da Casa de Saúde Stella Maris tem uma comissão que avalia e acompanha, e temos dois
 365 conselheiros participantes, ressalto que será feito ainda termo aditivo apartado do Convênio e que a
 366 prestação de contas será separada. O Sr. Ilson Vitorio ao findar o tempo de reunião estabelecida pelo
 367 regimento faz a proposta de prorrogação ou encerramento da reunião. Sendo decidida por
 368 unanimidade a prorrogação e a permanência dos conselheiros presentes. O Sr. Ilson Vitório questiona
 369 o período do contrato, o Sr. André informa que o período estimado é de 20 de dezembro de 2017 a 20
 370 de fevereiro de 2018. O Sr. André ressalta que a coordenação é específica quanto à liberação de
 371 ambulância do SAMU, localizada em São Sebastião, não é subordinada a Secretaria de Saúde de

Guaracy

maurin

372 Caraguatatuba. A Sra. Cilmará requer o envio da planilha de recursos humanos do SAMU referente
 373 ao período do Projeto Verão, na oportunidade solicita se é possível a inclusão de uma ambulância na
 374 Programação Anual de Saúde. O Sr. Paulo Malta questiona a quantidade de ambulância SAMU. O
 375 Sr. André Leandro responde que o município tem quatro ambulâncias, sendo uma avançada e três
 376 básicas e para o Projeto Verão a partir do dia 23 de dezembro de 2017 até o dia 03 de janeiro de 2018,
 377 bem como no período do carnaval, será acrescentada uma ambulância de suporte básico vinte quatro
 378 horas, com equipe médica e de enfermagem. O Sr. Ilson Vitório coloca que nos sensibilizamos na
 379 gestão anterior o município receberia verba do Estado para o Projeto Verão. A Presidente esclarece
 380 que não existe nenhuma manifestação do Estado em enviar recurso para o município em função do
 381 Projeto Verão. O Sr. Ilson Vitório na oportunidade propõe que seja elaborado um ofício pelo
 382 Conselho subscrito por todos, para o Governo e para o Secretário de Saúde, sobre ressarcimento dos
 383 custos do Projeto Verão dos anos de 2017 e 2018. A Presidente coloca para votação do plenário a
 384 proposta do Sr. Ilson Vitório. APROVADA por unanimidade. A Presidente coloca para votação o
 385 Projeto verão referente Casa de Saúde Stella Maris e Organização Social João Marchesi. Votos
 386 Favoráveis: Conselheiros Amauri, André Leandro, Elen, Maria do Amparo, Neide, Paulo Malta, José
 387 Aparecido, Cilmará, Sônia Fante, Mário, Nilma, Eduardo, Edna, e Ilson Vitório favorável a CSSM e
 388 contrário a UPA. O Sr. Paulo Malta solicita a Mesa diretora que obedeça a ordem das pautas, têm
 389 pautas solicitadas desde a primeira reunião, eu tenho e que não foram inseridas, por exemplo, hoje
 390 não tem nenhuma pauta antiga. O Sr. Ilson Vitório esclarece que conforme informações da Presidente
 391 não houve respostas até momento e solicita ao Secretário Sr. Amauri o cumprimento dos prazos para
 392 as respostas. A Presidente agradece a presença de todos e encerra a reunião. Eu Simone Pereira Sousa
 393 Santos, lavro a presente ata que segue para leitura e aprovação de todos.

394 Sr. Amauri Barboza Toledo (titular)

395 Sra. Derci de Fátima Andolfo (suplente)

396 Sr. André Luís da Silva Leandro (titular)

397 Sr. Adriano Fernandes Gazalli (suplente)

398 Sra. Priscila Meyer (titular)

399 Sr. Fábio de Souza Cabral (suplente)

400 Sra. Elen Rosi Martins (titular)

401 Sra. Débora Santos de Brito (Suplente)

AUSENTE

402 Sra. Suelen Borges Nogueira (titular)

403 Sr. Benedito Raphal Rodrigues Neto (suplente)

AUSENTE

404 Sra. Maria do Amparo de M. Manoukian (titular)

mamm

405 Sra. Ceci Oliveira Penteado (suplente)

406 Sra. Neide Maria de Fátima Silva (titular)

407 Sra. Érica de Cássia Perroni (suplente)

408 Sr. Renato Cezar Portes (titular)

AUSENTE

409 Sr. Alex Rodrigues de Oliveira (suplente)

AUSENTE

410 Sr. Paulo Malta de Carvalho Filho (titular)

411 Sra. Ana Aparecida Fernandes (suplente)

AUSENTE

412 Sr. José Gilberto Chaves da Silva (titular)

413 Sra. Leonor Diniz Santos Ferreira (suplente)

AUSENTE

414 Sr. José Aparecido dos Santos (titular)

415 Sra. Julia de Fátima Umbelino (suplente)

416 Sra. Cilmará Oliveira Santos (Titular)

417 Sr. Franklin Alves Veiga (titular)

AUSENTE

418	Sra. Sônia Maria Fante (suplente)	<i>Sônia M. Fante da Sa</i>	
419	Sr. Mário Penteado (titular)	<i>Mário Penteado</i>	
420	Sra. Sônia Maria Vitor (suplente)		AUSENTE
421	Sra. Simone Paes Ferreira (titular)		AUSENTE
422	Sr. Joel da Silva (suplente)		AUSENTE
423	Sr. Ilson Vitório de Souza (titular)		
424	Sr. Guaracy Alves de Alcântara (suplente)	<i>Guaracy Alves de Alcântara</i>	
425	Sr. Edson Mendes do Amaral (titular)		AUSENTE
426	Sr. Alexandre de Almeida (suplente)		AUSENTE
427	Sra. Nilma da Silva Spranger (titular)	<i>Nilma da Silva Spranger</i>	
428	Sra. Maria Aparecida Waak (suplente)		AUSENTE
429	Sr. Eduardo Meirelles (titular)	<i>Eduardo Meirelles</i>	
430	Sr. Nilton de Oliveira e Silva (suplente)		AUSENTE
431	Sra. Silvia Maria Conceição (titular)		AUSENTE
432	Sra. Edna Ueda Yoshimoto (Suplente)	<i>Edna Ueda Yoshimoto</i>	
433			